

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.808 - DF (2019/0344875-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADA : KARINA HELENA CALLAI E OUTRO(S) - DF011620
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORA : TATIANA BARBOSA DUARTE - DF014459

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

DIREITOS AUTORAIS. COBRANÇA. EVENTO PÚBLICO. EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS SEM AUTORIZAÇÃO. ANTINOMIA JURÍDICA. SOLIDARIDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS AFASTADA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. MULTA MORATÓRIA INDEVIDA POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. Afasta-se a responsabilidade solidária do Distrito Federal quanto ao pagamento de direitos autorais pertinentes aos eventos musicais realizados por empresas privadas contratadas, que respondem integralmente pelos encargos comerciais inadimplidos, conforme inteligência da Lei de Licitações, art. 71, § 1º, que prepondera sobre a Lei de Direitos Autorais, em razão da supremacia do interesse público. (STJ, T3, REsp 1444957/MG, Ministro Ricardo Villas Boas Cueva, 2016).

2. Sendo o Distrito Federal responsável pela promoção dos shows dos intérpretes Gabriel Lener e Roniel e Rafael - pois não se desincumbiu do ônus de comprovar a celebração de contrato administrativo específico para realização desses eventos - deve responder pelas respectivas arrecadações de direitos autorais (Lei 9.610/1998, art. 68).

3. Ante a legitimidade do ECAD para fixar os critérios de cálculo para aferir o valor devido a título de direitos autorais, é incabível a determinação da aplicação de critério que não se encontre previsto no regulamento de arrecadação elaborado pelo autor.

4. Ofende o princípio da legalidade a multa moratória estabelecida pelo autor em regulamento próprio.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 1.022 do Código de Processo Civil; 110 da Lei 9.610/98; 264 e 275 do Código Civil. Sustenta que o acórdão recorrido é omissor. Afirma que o Distrito Federal, agravado, é responsável pelo pagamento relativo a direitos autorais, pois realizou evento e não cuidou de cobrar dos intérpretes participantes a comprovação do recolhimento daquele débito perante o Escritório de Arrecadação.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

Com efeito, nos embargos de declaração de fls. 380/383, o agravante levantou questão referente à culpa *in eligendo* ou *in vigilando* do agravado, o que constitui inovação dos embargos, já que a matéria não havia sido suscitada antes.

Rejeito, portanto, a alegação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC.

Quanto ao mais, o recurso especial não dispensa o reexame de prova, a partir da qual se poderia concluir, conforme pretendido, pela negligência do Distrito Federal - que não se pode presumir - na fiscalização quanto ao recolhimento de verbas referentes a direitos autorais.

Aplica-se ao caso a Súmula 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora